

A DAMNATIO MEMORIAE NA POESIA SATÍRICA PORTUGUESA DO SÉCULO XVII E SUAS MATRIZES ESPANHOLAS

Luzia Silva Pinto¹

RESUMO

A poesia satírica produzida em Portugal e no Estado do Brasil no século XVII tinha como matéria geral o vício, embora os vícios ajuizados fortes, porque causavam horror segundo a *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, preponderassem sobre aqueles ligados costumeiramente à vertente “ridícula” do cômico, julgados vícios fracos. Entre os poemas propriamente satíricos (*bomolochia*), havia muitos que nomeavam o vituperado, e, ao nomeá-lo, produziam aparentemente certa memória sua pelo agenciamento da poesia e da escritura, ao tempo em que, por remissão ao castigo do vício neste e sobretudo no outro mundo, operavam simultaneamente sua danação por referência explícita ao “apagamento” de seu nome da mente de Deus e do rol dos homens honrados. Poemas que produzem discursivamente a *damnatio memoriae* dos vituperados não são incomuns no Império Português do século XVII e as matrizes letradas desses poemas podem ser encontradas em poetas espanhóis do Século de Ouro, como Francisco de Quevedo. Analisaremos alguns poemas satíricos em português e um dos epitáfios satíricos de Francisco de Quevedo com o objetivo de tornar evidente o tratamento poético da *damnatio memoriae* nesses textos e suas relações de precedência e derivação. Com vistas a garantir a inteligibilidade do estudo que aqui se pretende empreender, perscrutar-se-á tratados retórico-poético-teológico-políticos, escritos pelos antigos, e atualizados no supracitado recorte temporal. Por fim, da análise aqui encetada, mediante articulação entre poética e retórica demonstrativa, foi possível inferir que morte, memória, Poder e poesia se entrelaçam, firmando e afirmando uma estrutura hierárquica, entendida como modelar, nas sociedades monárquicas portuguesa e espanhola dos Seiscentos.

Palavras-chave: Epitáfio, Memória, Retórica.

1 Mestre e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista. E-mail: 2020m0086@uesb.edu.br

O estudo, que ora se apresenta, objetiva discutir a relação entre epitáfio, monumento e memória, nas sociedades monárquicas letradas de Portugal e da Espanha, do século XVII, nas quais se efetuou a produção da poesia fúnebre tanto de poetas portugueses, quanto do poeta espanhol Francisco de Quevedo. Para tanto, analisaremos, à luz da poética aristotélica e da retórica demonstrativa, alguns epitáfios joco-sérios portugueses e um dos epitáfios satíricos de Francisco de Quevedo com o fito de compreender como estão, neles, articulados o topos poético do *“Exegi monumentum aere perennius”*, de origem horaciana, as tópicas próprias do gênero “epitáfio”, como, por exemplo, a “admoestação” aos passantes, o cômico, por efetuação da “m”aledicência (*bomolochia*), bem como de tornar evidente o tratamento poético da *damnatio memoriae* nesses textos e suas relações de precedência e derivação. A isso acrescentemos que o objetivo primacial de tal análise é demonstrar de que forma os epitáfios satíricos se propõem à correção dos vícios que corrompem o Bem comum da *Respublica* e, simultaneamente, querem instituir-se como memória duradoura, transmissora de *exempla*, que possibilitam, pela reatividade negativa por eles produzida, a constituição social da virtude.

Feitas estas considerações iniciais, é já altura de esclarecermos que entre os poemas propriamente satíricos (*bomolochia*), havia muitos que nomeavam o vituperado, e, ao nomeá-lo, produziam aparentemente certa memória dele pelo agenciamento da poesia e da escritura, ao tempo em que, por remissão ao castigo do vício neste e, sobretudo, no outro mundo, operavam simultaneamente sua danação por referência explícita ao “apagamento” de seu nome da mente de Deus e do rol dos homens honrados. Desse modo, poemas que produzem discursivamente a *damnatio memoriae* dos vituperados não são incomuns no Império Português do século XVII e as matrizes letradas desses poemas podem ser encontradas em poetas espanhóis do Século de Ouro, a bem dizer de Francisco de Quevedo.

Na representação dos caracteres vituperados, nos epitáfios joco-sérios portugueses, bem como nos epitáfios de dom Francisco de Quevedo, entrecruzam-se preceitos propriamente poéticos com outros, de caráter retórico. Nestes termos, cumpre aclararmos que é curta a passagem em que Aristóteles, na Poética, define o cômico; sendo a comédia também ela imitação, é, no entanto, de caracteres inferiores, e embora estes últimos se tipifiquem por alguma sorte de vício, os vícios que lhes são próprios são os chamados “anódinos” e que causam

ridículo. Nas perspícuas palavras do Estagirita: “O ridículo é apenas certo defeito, torpeza anódina e inocente; que bem o demonstra, por exemplo, a máscara cômica, que, sendo feia e disforme, não tem expressão de dor” (ARISTÓTELES, 1995, Poet. V, 1449b). Somemos a isso que João Adolfo Hansen, em um de seus estudos sobre a sátira produzida no Império Português, no século XVII, ao ler em Aristóteles que a comédia tratava somente de vícios “fracos”, propõe complementarmente que o outro subgênero do cômico, a bomolochia ou maledicência, tinha como matéria os vícios ditos “fortes”. Com vistas a melhor elucidar esta questão, o citado estudioso, em um outro artigo de sua autoria, intitulado “Anatomia da Sátira”, assevera que a “virtude é meio termo unitário de dois extremos viciosos” e que “só é ridículo o extremo vicioso mais baixo e vergonhoso que o outro” (HANSEN, 2011, p. 153). Pensando, portanto, toda virtude como meio termo unitário entre vícios, uns fracos, outros fortes, o estudioso em foco exemplifica os dois tipos de vício tratados por Aristóteles na Ética Nicomaqueia. Caso pensemos, por exemplo, em uma virtude como a amizade, é-lhe oposto um vício fraco, que causa o riso, como a adulação; mas também se lhe opõe um vício forte como a traição, que causa horror (HANSEN, 2001, p. 152). Quanto aos elementos propriamente retóricos, que estruturam os poemas de que ora tratamos, é relevante fazermos alusão ao fato de que os epitáfios satíricos inserem-se, obviamente, no subgênero vituperante do epidítico, pois, por meio do castigo por eles produzido a diversas transgressões, propõe-se a correção dos vícios praticados com vistas à restauração da ordem transgredida. Sabe-se que o gênero epidítico tratava do belo e do bem, assim como do feio e do mal, desde a retórica de Aristóteles (ARISTOTLE, 1994, Rhet., I, ix, 1-7), assim como em tratados gregos e latinos que lhe são subseqüentes, como a Retórica para Alexandre, de Anaxímenes de Lâmpsaco e a Institutio Oratoria (QUINTILIAN, 1963), dentre outros. À vista disso, importa outrossim aclararmos que os epitáfios são discurso que deve ser registrado tradicionalmente sobre materiais duros – e, portanto, duráveis -, a lápide, de preferência. Ademais, cabe lembrarmos que a lápide em que se inscreve o epitáfio, para além de ser duradoura, também permanece em lugar público, e é justamente essa sua eterna publicidade que a torna o suporte ideal de uma mensagem que só pode atingir sua finalidade “exemplar” se for constantemente rerepresentada àqueles a quem se destina. Na perspectiva que aqui se esquadrinha, o efeito de perenização própria das escritas epigráficas advém, por conseguinte, de um lado, do material que lhes dá suporte, e, de outro, do espaço onde se

localizam tais inscrições. Conseqüentemente, tais aspectos delineiam-se sinteticamente nas palavras de Le Goff (2003, p. 428):

[...] A pedra e o mármore serviam, na maioria das vezes, de suporte a uma sobrecarga de memória. Os arquivos de pedra acrescentavam à função de arquivos propriamente ditos um caráter de publicidade insistente, apostando na ostentação e na durabilidade dessa memória lapidar e marmórea.

No caso específico dos epitáfios joco-sérios portugueses, bem como do epitáfio satírico de Francisco de Quevedo, notemos que é justamente o caráter permanente e duradouro da inscrição, que, ao ser lida, atualiza e reatualiza a memória danosa do defunto, nomeado pela persona satírica, pela voz prudente que fala do vício para corrigi-lo. Assim sendo, a inscrição configura-se como testemunho de existência viciosa, porque cumulativa de pecados. Sob essa perspectiva, torna-se, pois, instrutivo percebermos que a poesia converte-se num monumento seguro, tal como o mármore, que é, por excelência, durável. Na verdade, ela ainda suplanta a durabilidade da pedra, caso levemos em consideração que, indiscutivelmente, resiste muito mais aos efeitos corrosivos do tempo pelo fato de multiplicar-se em incontáveis cópias. A reprodutibilidade técnica associada à escritura é garantidora de que o castigo poético haja de prevalecer contra as intempéries (ACHCAR, 1994, p. 104). Como se vê, tanto em Le Goff, quanto em Achcar, torna-se, pois, lícito supormos que há uma relação entre poesia e memória desde os antigos, merecendo especial relevo Homero, inolvidável na composição do verso resistente ao tempo. Neste contexto, é digno de nota “o caráter imperecedouro da poesia e a associação entre reis e poetas são narradas em quase todas as poéticas e retóricas quinhentistas” (MOREIRA, 2006, p. 104) com vistas a enfatizar a importância do patronato de atividade tão vital para a sobrevivência das linhagens monárquicas e de seus feitos. Desse modo, a poesia seiscentista tanto pode configurar-se como fama futura, já que a palavra vive mais tempo do que os feitos, no caso dos discursos epidícticos que objetivavam o louvor, quanto pode visar a perenizar a memória dos danados, no caso dos discursos epidícticos vituperantes. De qualquer sorte, mais importante é termos em mente que as citadas poesias, os epitáfios, podem, no caso daqueles que são elogiosos, redundar de trabalho “encomendado”, pelo fato de o poeta participar de amplas redes clientelares, comuns no seio das antigas monarquias ibéricas (HESPANHA, 1994, p. 33-36). Sabe-se que, no mundo antigo, havia a prática de

encomendar epitáfios a compositores especializados no gênero, como o afirma Achcar (1994, p. 160): “O atributo por excelência encarecedor do produto do poeta seria sua virtude de preservar a memória das obras dos comitentes, e preservá-la ainda mais do que o mármore dos monumentos seria capaz.” Tendo em vista que os monumentos constituem materiais da memória, consideramos, de grande relevância, remontar à origem deles, a partir dos ensinamentos de Le Goff (2003, p. 526): A palavra latina monumentum remete à raiz indo-europeia men, que exprime uma das funções essenciais do espírito (mens), a memória (memini). O verbo monere significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos [...]. Concernente, ainda, à definição do latim monumentum, este significava, aos olhos de Achcar (1994, p. 163) “um monumento qualquer em pedra e bronze, uma obra literária, em prosa ou em verso, na materialidade de sua redação escrita”. Em face disso, cabe mencionar que o epitáfio é uma inscrição de tipo memorial, pois visa a garantir a memória póstuma do defunto, e, em geral, tem caráter elogioso e admonitório, advertindo os passantes sobre a fugacidade da vida, a vanidade das coisas do mundo, a vaidade do homem etc. Respeitante aos epitáfios satíricos portugueses e, por extensão, aos espanhóis, notadamente os de Quevedo, que são os que nos interessam para fins desse estudo, releva notar que, neles, produz-se também uma memória do defunto, mas essa memória é um castigo que lhe é imposto, pois se fustiga o morto ao discriminar-se o rol de seus vícios e sua impenitência. Notemos, portanto, que a memória, no epitáfio satírico, é condição de um deslustre permanente para o defunto, que, justamente por estar morto, não pode revidar ao ataque que se lhe faz. A memória do vício, desse modo, contrariamente à prática do encômio, que produz a perpetuidade de feitos e virtudes, é memória contra exemplar daquilo que se deve, justamente, a todo custo evitar.

Com o fito de sustentarmos o que acima dissemos, detenhamo-nos, por uns instantes, na análise de alguns epitáfios joco-sérios portugueses, para, ulteriormente, empreendermos a análise de um epitáfio satírico atribuído a dom Francisco de Quevedo. Antes, porém, de procedermos à análise dos primeiros, cumpre explicitarmos que João Adolfo Hansen (2001), em artigo intitulado “*Apresentação dos Epitáfios Joco-sérios Portugueses e Castelhanos*”, ao lançar luz sobre tais epitáfios, tornou-nos cientes de que eles estão copiados no Códice 155, (Papéis Vários), da

Reserva da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, em folhas manuscritas com letra do século XVII, numeradas de 131 a 139. São inscrições de extensão variada – a menor tem duas linhas; a maior, trinta e duas. A isso o citado estudioso acrescenta que, no Catálogo de Manuscritos (Códices 1 a 250), de Augusto Mendes Simões Castro, constam como “vários epitáfios extravagantes e jocosos”. Observou, ainda, que o manuscrito é encabeçado do título “Épithaphios portugueses jocosos”, com uma divisão, “Epithaphios jocosos castelhanos”. Aduziu, ainda, que os textos são escritos em latim macarrônico; em português arcaico; em português moderno; em castelhano e, às vezes, numa mescla cômica de latim, espanhol e português. Concluiu, por fim, que alguns estão metrificadas com a medida velha, tendo rimas toantes, ao tempo em que há outros constituídos de outros metros e rimas; uns poucos estão em prosa, sem datação, sendo alguns medievais.

Em conformidade com Hansen (2001), o epitáfio joco-sério, sendo uma forma do gênero epidítico retoricamente regrado, aplica lugares-comuns de pessoa, verossímeis e decoros das duas vertentes aristotélicas tradicionais do cômico: o ridículo, como riso decorrente do feio não-nocivo de vícios fracos, e a maledicência, como vituperação do feio nocivo causado pelos vícios fortes. Desse modo, o aludido estudioso nos inteira de que a maioria destes epitáfios aplica lugares-comuns de excesso de vícios fracos e não - nocivos, extraíndo o efeito cômico de termos de estilo sórdido. Para fins de amostragem do exposto, vejamos o epitáfio infrafirmado:

Aqui jáz Martim Affonso Capitam
Do galeam Cagafogo, que por nam
enojar ao senhor, nam quis queimar
o mundo todo.

No epitáfio sob análise, par e passo com Hansen (2001), inferimos que Martim Afonso, capitão do galeão Cagafogo, para a felicidade de todos, não queimou o mundo, pois se o tivesse feito também teria espalhado por toda parte o grande nojo figurado no nome do seu barco.

Analisado sob a ótica hanseniana, o divertido epitáfio joco-sério de Beltran de Fuente Frida fere o decoro quando eleva o motivo torpe do “corno”, corrente na sociedade ibérica seiscentista, como tópica insultuosa que desqualifica a legitimidade dos morgados ou das heranças de primogenitura; seu humor se intensifica com o duplo sentido do termo infamante. Neste sentido, é irônica a ambiguidade da advertência feita

ao leitor para que tenha cuidado, ao que parece, com as chifradas que mataram Beltran:

Aqui yáze Beltran de Fuente Frida
Cornudo fué en la vida por su suerte
Otros cuernos después le dieram muerte
Lector guarte de cuernos por tu vida.

A maledicência obscena, a bem dizer de Hansen (2001), ainda se lê no epitáfio abaixo reproduzido:

Aqui yáze Pedro Calvo Lapa-
vero maestro de obra prima, e grande
pescador de vara.

No epitáfio ora analisado, a expressão “pescador de vara”, consoante Hansen, era corrente também na sátira luso-brasileira do século XVII, como na poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra, com a conotação de “sodomia”.

Indo mais adiante na análise dos epitáfios joco-sérios, concordemente com Hansen (2001), o epitáfio intitulado “*De Certo Bispo*”, configura-se como sendo, possivelmente, um dos melhores da coleção, posto que sintetiza o caráter de um tipo que, sendo religioso, teoricamente deveria ter pautado a vida pelo Bem. Morto, continua sobremaneira irreduzível em sua maldade, uma vez que patenteia ter sido esta sempre premeditada com “*sizo*” e sempre menor do que efetivamente quis fazer:

A todo honrado fis mal,
e menos do q queria,
nem honra, nem cortesia
nem bem fis em Portugal.
Nam tive letras, nem avizo,
sangue, valor, ou razam,
vontade, nem condição,
mas muyta maldade e sizo

Do exposto, dessumimos, com fulcro em Hansen (2001) que o poeta português dos Seiscentos, ao empregar, com engenhosidade, o comuníssimo topos de admonição ao passante em sua poesia fúnebre vituperante, disposta em epitáfio, além de convidá-lo para que, em frente do túmulo, reflita sobre a precariedade da vida, ainda o adverte para que não incorra em pecados tal qual o jacente, sob pena de cair em danação eterna. Daí

podermos dizer que, mediante tal lugar-comum, o poeta propõe a correção dos vícios praticados em vida, pelo morto, com vistas à restauração da ordem transgredida.

Doravante, deter-nos-emos na análise de um epitáfio atribuído a Francisco de Quevedo, epitáfio esse que está copiado no fólio 154 v. de códice depositado na Biblioteca Menéndez Pelayo, em Espanha, que assim se nomeia: “FRAGMENTOS/ NO IMPRESOS HASTA OY./ DE D. FRANCISCO DE QUEVEDO/ Villegas. Cavallero en el / Orden de Santiago, y Señor / de la Torre de Juan Abad/ Recogidos/ Por un aficionado/ Para los discretos”.

Observemos que Quevedo, mediante epitáfio que lhe é atribuído, empreende a crítica contumaz de uma das muitas transgressões que foram objeto do discurso vituperante, no século XVII, ou seja, o crime contra naturam, o pecado nefando ou sodomia. Convém esclarecermos que os inquisidores chamavam pecado nefando contra naturam não só a sodomia propriamente dita (que ocorre entre dois homens ou entre um homem e uma mulher), mas também as relações sexuais entre mulheres e a bestialidade ou zoofilia. Respeitante, ainda, à ideia da sodomia, vista como um crime e um pecado contra naturam, o estudioso Federico Garza Carvajal (2002, p. 22) assevera que:

La textualización de la sodomía como un pecado y un crimen contra la naturaleza, una especie de plaga pestilente contagiosa a menudo imputada como proveniente de fuera y las percepciones de los sodomitas representados como hombres viles, despreciables e incluso afeminados, todo eso constituía parte de los discursos de la hombría española. Los teólogos y otros escritores del inicio de la España y Nueva España moderna fabricaron esos discursos con la intención de fomentar la política del império.

Como se pode depreender da leitura do excerto acima extratado, aos olhos do supracitado estudioso, a ideia da sodomia, concebida como um crime e um pecado *contra naturam*, não foi dada senão fabricada ativamente, posto que tal ideia nada mais foi do que interpretada por uma série de procedimentos hierárquicos e seletivos, bem como por argumentos fictícios que estavam subordinados a vários poderes e interesses.

Destarte, salientamos que o epitáfio escrito por Quevedo “home-nageia” de forma a desonrar um italiano chamado Tullio, e a didascália que intitula o poema propriamente dito – “A un Italiano llamado Tullio” – prescreve a leitura a ser efetuada pelos leitores do poema, consoante bem enfatizou Marcello Moreira, em seu estudo sobre a lírica atribuída

a Gregório de Matos e Guerra. Mas que leitura é proposta por meio da didascália? Como se sabe, uma das tópicas satíricas mais recorrentes na Europa dos séculos XVI e XVII é aquela que associa os italianos às práticas sodomitas (HANSEN; MOREIRA, 2013, p. 398 e seguintes). Os italianos eram considerados na Península Ibérica sodomitas contumazes, o que torna apropriadíssima a sátira composta por Quevedo, e o italiano, que é sua matéria, é também, apesar de defunto, o seu destinatário, o que provoca mais riso, pois, apesar de poder servir de aviso àqueles que insistem no mesmo erro, objetivo primeiro do epitáfio, não pode mais, por razões óbvias, beneficiar aquele que “homenageia”. Nestas condições, pode-se entender o epitáfio, portanto, como um aviso, mas como um aviso que só pode trazer benefícios àqueles que desejarem se corrigir enquanto têm tempo de fazê-lo.

Nesse sentido, o aviso produzido pelo epitáfio acena para a perenidade do riso de todos aqueles que lerem a inscrição fúnebre composta para o fanchono, que assim principia: Yace en aqueste llano

Tullio el italiano,
que a marzo parecía
en el volver de rabo cada día.
Tú, que caminas la campaña rasa,
Cósete el culo, viandante, y passa.

Já na primeira estrofe do poema, deparamo-nos com a especificação do vício que peculiariza o satirizado, o entregar-se ele ao “volver de rabo cada día”, o que, por seu turno, implica a necessidade de que os passantes “fechem o cu” e passem adiante rapidamente. O “volver de rabo cada día” é tópica satírica que emula tópicos primaveris, pois, como se diz, “a marzo parecia” no volver de rabo, o que significa que esse movimento, próprio do vituperado, se caracterizava por certo vitalismo primaveril. Notemos que Francisco de Quevedo produz, por meio de uns poucos versos, a primavera do vício, primavera essa paradoxalmente que resiste a todos os invernos, até mesmo àquele próprio da sepultura. Contudo, o verbo “coser” significa “unir con seda o hilo enhebrado en la aguja dos pedazos de tela, cuero, etc.”, o que redundava, em última instância, o ser melhor ter “as pregas do cu” agulhadas – instrumento que tem óbvio valor fálico, no contexto da primeira estrofe – do que lanceadas pelo italiano, que na campa jaz. Logo no início da estrofe seguinte, especifica-se a razão de sua morte:

Murióse el triste mozo malogrado
de enfermedad de mula de alquileres,
que es decir que murió de cabalgado.

A persona satírica afirma ter ele morrido da mesma enfermidade que sói matar as mulas de “alquiler”, aquelas cujos serviços podem ser contratados por meio de pagamento e que, portanto, estão disponíveis para quem desejar delas fazer uso. Que doença é essa, no entanto, que leva as pobres mulas de “alquiler” à morte? Morrem elas esfalfadas de tanto ser cavalgadas. O ser cavalgadura para outros homens implica o estar sob o domínio de “cavaleiros”, relação que remete ao “encima” e ao “embaixo”, ao “alto” e ao “baixo” e a tudo aquilo que essa relação topológica significa na cultura cristã.

Depois de morto o italiano, assevera o poeta:
Con palma le enterraron las mujeres;
Y si el caso se advierte,
Como es hembra la Muerte,
Celosa y ofendida, Siempre a los putos deja corta vida.

No primeiro verso, pode-se dizer que a ambiguidade da palavra “palma” serve ainda mais para a ênfase do caráter vituperante e risível do epitáfio, pois as mulheres que acompanharam o defunto enterraram-no com “palma”, com o sentido de “glória” e “triunfo”, conquanto o triunfo verdadeiro seja o das mulheres que o acompanham, pois ele nunca as quis e foi delas feroz competidor. A leitura ora feita parece confirmar-se nos versos subsequentes, quando se enuncia que a “morte”, por também ser fêmea, encurta a vida daqueles que desprezam as mulheres.

Quando da leitura da última estrofe do poema, deparamo-nos com a extensão da corrupção provocada pelo pecado contra naturam, praticado pelo italiano, pois a persona satírica declara que, de seu corpo corrompido – não nos esquecendo de que os corpos dos santos, por exemplo, para além de serem incorruptíveis, exalavam odor agradabilíssimo (BLOCH, 2005, p. 68 e seguintes) – criaram-se vermes que, pelo fato de terem a mesma substância do sodomita, amontoavam-se também eles, uns sobre os outros, cavalgando-se, pois eram, como o que os pariu, “bujarrones”, ou seja, sodomitas.

No epitáfio ora escrutinado, faz-se mister aclararmos que a descrição do tipo vicioso é empreendida a partir do emprego dos preceitos e topoi convenientes ao gênero epidítico, visto que o vitupério, conforme está explicitado nas preceptivas clássicas, é obtido mediante fixação nos vícios

contrários às virtudes. Neste pormenor, não se deve perder de vista que o “honrar a memória”, no caso específico do “Italiano Tullio”, portanto, passa a significar a perpetuação de res gestae viciosíssimas, perpetradas pelo sodomita, durante sua existência - o que o torna, pela enormidade dos vícios cometidos, *exemplum* a ser emulado enquanto tópica da sátira – forma de memória, certamente.

Em consonância com o que vai dito nas linhas supracitadas, mais interessante é sabermos que o monstro construído engenhosamente por Quevedo, nos seus poemas satíricos, encontra eco no monstro de que fala Hansen, para quem, em tais poemas:

[...] três espécies de procedimentos técnicos são aplicados para produzir as deformações. O mais comum consiste em construir o corpo do tipo vituperado como um ser misto e incongruente, feito de pedaços ou metonímias e sinédques de referências de campos semânticos disparatados [...]. Outro procedimento é o da amplificação de uma parte do corpo [...]. O terceiro procedimento efetua a obscenidade, no sentido latino do *ob-scaenum, fora de cena*, conferindo vida própria a uma parte do corpo, que realiza ações sujas e indecentes (HANSEN, 2015, p. 175-176).

Redunda do exposto que a monstruosidade, nos Seiscentos, por enfeixar, em si, a falta de unidade, a falta de juízo, a amplificação do vício, enfim, por corroborar a completa ausência de Bem, no tipo decaído, além de privá-lo do bem-viver terreno, ainda o induz ao fogo dos infernos, e, por conseguinte, à danação eterna. No caso específico do epitáfio “A un Italiano llamado Tullio”, aqui tomado para análise, urge notarmos que a monstruosidade o afasta de sua “teleología específica”, que é a de um homem, um varão, já que ele não passa de um detestável pederasta, tipo somenos, no Seiscentos.

Em virtude do que foi mencionado, não nos foi forçoso constatar que o italiano Tullio, matéria do poeitar quevediano, no epitáfio aqui perscrutado, é uma designação insultuosa, dado que ele não se porta como “melhor”, ou seja, como a representação da ordem o apresenta e o constitui, nos Seiscentos. A isso acrescentamos que, ao encetarmos uma leitura do epitáfio “*A un Italiano llamado Tullio*” valendo-se, para tanto, das lentes de Quevedo, inferimos sem dificuldade que, do pederasta “Tullio”, nada restou de espiritual e humano, haja vista que seu corpo jacente, devorado pelos vermes e carcomido pelo tempo, transmitirá, aos

passantes, a força compulsiva de uma materialidade vil, grotesca, pecaminosa porque essencialmente viciosa.

Entretantes, torna-se sumamente importante explicitarmos que os epitáfios satíricos, dispostos em lápides ou não (como é o caso dos quevedianos), são enunciados que visam a tornar pública a lembrança do defunto, posto que, além de amenizarem os efeitos corrosivos do tempo, ainda evitam o anonimato do jacente para as gerações pósteras, constituindo-se, para tanto, em um monumentum que perpetua a memória danosa, na medida em que “celebra” os feitos dos “piores do que somos”, componentes degradantes hierarquicamente da sociedade estamental, do Estado monárquico europeu, do século XVII, e que são atualizados no epitáfio delimitado para análise, visto o conteúdo vituperante do mesmo.

Diante de tudo o que foi arrazoado acerca do epitáfio satírico quevediano “*A un Italiano llamado Tullio*”, fio condutor deste estudo, não podemos prescindir de dizer que tal epitáfio, assim como os demais de cunho satírico, que abundam do fazer poético de Quevedo, destinam-se ao vitupério dos tipos moral e socialmente corrompidos, por meio da disposição regrada dos desvios cometidos, dignos de se transformarem em memória danosa e, por conseguinte, decaída e pecaminosa. Assim sendo, mais interessante é percebermos que há uma mútua relação que permite a estabilidade da memória, da poesia que a difunde, do poder que as consolida, poder esse que também é consolidado por elas, haja vista que “a memória a ser construída poeticamente [...] não pode ser separada do monumento codicológico que organiza a produção poética atribuída ao poeta e que, ao fazê-lo, preserva-a” (MOREIRA, 2003, p. 83-84).

Por fim, do epitáfio satírico quevediano aqui analisado, depreen demos, com tanto mais razão, que morte, memória, poder e poesia se imbricam, firmando e afirmando uma estrutura hierárquica, entendida como modelar, na sociedade monárquica europeia do século XVII. E, em última análise, digna esclarecermos que o epitáfio satírico, ao avultar os feitos e caráter do defunto pecaminoso, perpetua sua lembrança, legitimando assim que a morte não desmente o vício ou, dito de outro modo, a morte, enquanto morte, é condição de perpetuidade da memória do vício.

Assim posto e assim assente, resta-nos dizer que a poesia de Quevedo, que tem como matéria os sodomitas, apresenta uma evidente finalidade didática e moralizante, já que, objetivando a correção da ordem natural e social transgredidas pelas práticas subversivas do sodomita, alerta, por meio do esgarçamento e do riso, a todos aqueles que não

se portam como “melhores”, ou seja, como a representação da ordem os apresenta e os constitui. Logo, é impossível dissociar poética, retórica, política, teologia, memória (técnica e social) e poesia nas práticas letradas da sociedade monárquica europeia à qual pertenceu Francisco de Quevedo e quejandos.

REFERÊNCIAS

ACHCAR, F. **Lírica e lugar-comum**: alguns temas de Horácio e sua presença em português. São Paulo: Edusp, 1994.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução, prefácio, introdução, comentários e apêndices: Eudoro de Sousa. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.

ARISTOTLE. **Art of Rhetoric**. Cambridge: Harvard University Press, Loeb Classical Library, 1994.

BLOCH, M. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CARVAJAL, F. G. **Quemando mariposas**. Sodomia e império en Andalucía y México siglos XVI-XVII. Tradução Lluís Salvador. Barcelona: Laertes, 2002. p. 22.

HANSEN, J. A. Apresentação dos epitáfios joco-sérios portugueses e castelhanos. **Signum**, São Paulo, n. 3, p. 75-99, 2001.

HANSEN, J. A. Anatomia da sátira. In: VIEIRA, B. V. G.; THAMOS, M. (org.). **Permanência clássica**. Visões contemporâneas da Antiguidade greco-romana. São Paulo: Escrituras, 2011. p. 145-169.

HANSEN, J. A.; MOREIRA, M. **Para que todos entendais**: poesia atribuída a Gregório de Matos e Guerra. Letrados, manuscritura, retórica, autoria, obra e público na Bahia dos séculos XVII e XVIII. Belo Horizonte: Autêntica; Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da USP, 2013.

HANSEN, J. A. Códigos bibliográficos e linguísticos da sátira luso-brasileira atribuída ao poeta colonial Gregória de Matos e Guerra (1633-1696). In: HOUGH-SNEE, D. Z.; SILVA, E. V. (ed.). **Estudios de sátira hispanoamericana**

colonial & estudos da sátira do Brasil colônia. Iberoamericana; Vervuert, 2015. p. 153-188.

HESPANHA, A. M. **Às vésperas do Leviathan.** Instituições e poder político, Portugal, século XVII. Lisboa: Almedina, 1994.

MOREIRA, M. Ut pictura poesis. Análise bibliográfico-textual de dois membros da tradição de Gregório de Matos e Guerra. **Revista USP**, n. 57, p. 87-103, mar./maio 2003.

MOREIRA, M. Ad Parnasum: expansão, colonização e empresa civilizatória Lusa em Música do Parnaso. **Revista USP**, São Paulo, n. 70, p. 141-151, jun./ago. 2006.

QUEVEDO, D. F. de. **Fragmentos/** no impresos hasta oy. Villegas. Cavallero en el / Orden de Santiago, y Señor / de la Torre de Juan Abad/ Recogidos/ Por un aficionado/ Para los discretos. Códice depositado na Biblioteca Menéndez Pelayo. QUINTILIAN. The Institutio Oratoria. With an English Translation by H. E. Butler. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

QUINTILIAN. **The Institutio Oratoria.** With an English Translation by H. E. Butler. Cambridge: Harvard University Press, 1963.